

O JAVALI, O CAPIM-ANNONI E AS PAISAGENS FERAIS DO BRASIL MERIDIONAL

CAETANO SORDI

RESUMO *Este artigo discute a produção de paisagens ferais no extremo sul do Brasil a partir da expansão de duas espécies exóticas invasoras: o javali asselvajado europeu (*Sus scrofa*) e a gramínea sul-africana conhecida como capim-annoni (*Eragrostis plana* Nees). Por paisagens ferais, compreendemos as configurações espaço-temporais produzidas por seres vivos e não vivos que ganham novos poderes ao se associarem às infraestruturas humanas e seus projetos de modernização. Em diálogo com a antropologia ecológica de Tsing e Ingold, assim como a história ambiental e fundiária do meio rural gaúcho, o artigo busca desvelar os processos de transformação da paisagem sulina subjacentes à proliferação das duas espécies, suas ressonâncias sociais e agrárias.*

PALAVRAS - CHAVE *Paisagem; Espécie Exótica Invasora; Feralização; Brasil Meridional*

WILD BOARS, *CAPIM-ANNONI* AND THE FERAL LANDSCAPES OF SOUTHERN BRAZIL

ABSTRACT *This paper discusses the production of feral landscapes in Southern Brazil through the expansion of two alien invasive species: European Wild Boar (*Sus scrofa*) and South-African lovegrass (*Eragrostis plana* Nees), locally known as Capim-Annoni. By feral landscapes, we mean the spatiotemporal configurations produced by living and non-living beings that gain new powers by associating themselves to human infrastructures and its projects of modernization. In dialogue with the ecological anthropology of Tsing and Ingold, as well as with the environmental and fundiary history of rural Rio Grande do Sul, the paper aims to disclose the processes of landscape transformation underlying the proliferation of both species, along with its social and agrarian resonances.*

KEYWORDS *Landscape; Alien Invasive Species; Feralization; Southern Brazil*

INTRODUÇÃO

Há mais de uma década, em um artigo publicado com o sugestivo título de *The war of roses*, o biólogo Brendon Larson (2005, p. 495) desafiava seus colegas de profissão a refletirem “sobre as dimensões éticas e retóricas da sua linguagem ao se referirem às espécies exóticas invasoras”. Na mesma linha do filósofo Mark Sagoff (1999), alguns anos antes, Larson exortava os profissionais da sua área a abandonarem as metáforas militares prevalentes no campo conhecido como biologia das invasões e adotarem um vocabulário científico alternativo. Para ele, a linguagem das invasões biológicas conduzia o público a uma percepção inadequada das dinâmicas envolvidas na proliferação de espécies não nativas em ambientes autóctones, assim como levava a resultados improdutivos do ponto de vista dos objetivos da ecologia da conservação. Desde então, uma extensa literatura no debate ambiental tem discutido a questão do idioma das espécies invasoras, sobretudo o impacto sociocultural das suas incômodas ressonâncias com o racismo e a xenofobia (COMAROFF e COMAROFF, 2001; McNEELY, 2011; SIMBERLOFF, 2011; FALL, 2013).

No entanto, mais recentemente, alguns estudos têm sugerido que a prática dos ecólogos de campo envolvidos no manejo de espécies invasoras é apenas parcialmente formatada pelas metáforas bélicas dominantes na literatura clássica, prevalecendo um idioma científico mais afim a categorias como “serviços ecossistêmicos” e “resiliência”¹ (DRUSCHKE *et al.* 2016). Autores como Mc Neely (2011) e Kueffer (2013), por sua vez, destacam a diversidade de percepções a respeito de espécies exóticas entre segmentos de uma mesma população nacional, ao passo que outras análises têm mostrado que, ainda em contextos permeados por metáforas militares e retóricas de guerra, nem sempre o conflito entre sociedade e organismos não nativos é articulado nos mesmos termos do modelo territorial e de comando-e-controle da guerra moderna (SORDI, 2020a).

1 Por outro lado, pode ser argumentado que se esse idioma não está próximo da guerra, ao menos está próximo da ideia da ecologia como economia.

2 Por si só, o conceito de “espécie exótica invasora” comporta três termos filosoficamente problemáticos. Neste sentido, vale recordar a discussão sobre a noção essencialista de espécie biológica, colocada em xeque por teorias como as da coevolução e da simbiose (McFALL-NGAI, 2008), assim como o contraste entre o pensamento substancialista ocidental e cosmologias que não operam a partir de noções de espécies biológicas como entidades discretas e reificadas (INGOLD, 2000).

Para além dessa discussão, argumentamos, neste artigo, que é possível se pensar as espécies exóticas invasoras e seus múltiplos efeitos na realidade a partir da noção antropológica de paisagem². Mais precisamente, a partir de desenvolvimentos teóricos contemporâneos que apontam para uma compreensão das paisagens como configurações temporais e dinâmicas, abertas à composição criativa entre distintas trajetórias e fluxos vitais (INGOLD, 2000). Na esteira de Tsing (2005, 2019, 2021) e Kirksey (2015), essas paisagens podem ser lidas como o produto de ecologias emergentes que perturbam classificações previamente estabelecidas, o que instaura algo como um “novo selvagem” (*new wild*). Neste sentido, procurarei demonstrar que os processos de expansão de duas espécies consideradas invasoras pela ecologia da conservação no sul do Brasil – isto é, o javali asselvajado europeu (*Sus scrofa*) e o capim-annoni (*Eragrostis plana* Nees) –, podem ser encarados como manifestações visíveis, ou expressões superficiais, de projetos de transformação da paisagem que se dão em uma escala temporal e social muito maior que a agência desses organismos em si.

Com efeito, diversos autores têm alertado que o excessivo foco do debate público sobre a ação pontual de algumas espécies tende a obliterar a conjuntura dos fatores socioambientais e econômicos que permitiram sua proliferação. Para Suzanna Lidström e colegas (2015), trata-se de um mecanismo retórico que desvia a atenção pública das causas para as consequências, além de auxiliar na constituição de “bodes expiatórios” e vilões individuais para problemas mais abrangentes. Já para Tsing (2021, p. 177), seriam as relações dessas criaturas “com as infraestruturas imperiais e industriais, e não sua natureza intrínseca, que provocam tantos problemas”.

Nas últimas décadas, os javalis e o capim-annoni têm sido foco de intensas queixas do setor rural gaúcho e de consternações por parte de ambientalistas e agentes do Estado. Ambos figuram em listas de espécies nocivas em nível local, nacional e internacional, sendo o javali considerado uma das “100 piores espécies in-

vasoras do mundo”, de acordo com o Grupo de Especialistas em Espécies Invasoras (ISSG, na sigla em inglês) da IUCN (LOWE *et al.*, 2004). Desde 2013, a caça ao animal é permitida no Brasil para fins de controle populacional (BRASIL, 2013, 2019). Trata-se do único vertebrado de grande porte cujo abate por meios cinegéticos é autorizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Já a *Eragrostis plana* Nees é uma gramínea sul-africana introduzida no Brasil em meados dos anos 1940 que tem se expandido velozmente nos ambientes campestres do sul do país, competindo com a vegetação nativa e causando prejuízos aos produtores rurais (BORGES DE MEDEIROS e FOCHT, 2007; FOCHT, 2008).

Durante a etnografia que realizamos sobre o impacto dos javalis na fronteira brasileiro-uruguaia, entre 2014 e 2016, foi identificado que o combate às duas espécies era percebido pelos agentes locais como aspectos diferentes de um mesmo problema de fundo (SORDI, 2020a, 2020b)³. Os interlocutores – em sua maioria, produtores rurais dedicados à criação bovina e ovina – sugeriam, constantemente, que a propagação dos javalis e a expansão da gramínea sul-africana estavam, de alguma forma, associadas. Em outros termos, tudo se passava como se ambas as espécies fossem personagens de uma mesma “fenomenologia apocalíptica” (DALLA BERNARDINA, 2019, p. 91) das transformações socioambientais recentes. A elas somavam-se outros fatores cruciais, tal qual o declínio da pecuária como modo de vida e o avanço de monocultivos florestais e agrícolas sobre as pastagens naturais. A propósito dessa associação sinérgica entre forças de arruinamento do campo nativo, Alexandre, um criador de ovelhas sediado na região da Serra do Caverá, município de Rosário do Sul, ofereceu o seguinte prognóstico do que poderia acontecer no espaço de algumas gerações:

Daqui a cem anos, toda essa reserva [APA do Ibirapuitã] não vai ter mais criação de ovinos e nem de bovinos. Ela vai ser só mato, e só javali. As áreas pastoris tão diminuindo a cada

3 Esta pesquisa se deu no marco do projeto “Antropologia e Espécies Animais Exóticas: o caso do Javali europeu asselvajado no Brasil (CNPq/Universal/2014-2017). O trabalho de campo esteve concentrado no interior e nas imediações da Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã, unidade de conservação de uso sustentável localizada entre os municípios de Alegrete, Rosário do Sul, Santana do Livramento e Quaraí.

dez anos cerca de dez por cento. Então, eu te diria o seguinte: o meu neto não vai sobreviver de lá [propriedade da família]. Pode ser que a minha filha sobreviva. Mas meu neto, só de árvores, de capim, não vai sobreviver (transcrição de entrevista, junho de 2014).

Inspirado por essas reflexões, o artigo explora os vínculos entre a expansão das duas espécies e os processos de transformação sociotécnica dos campos sulinos em uma perspectiva antropológica e histórica. Nesse sentido, buscamos contribuir para um entendimento das paisagens do capitalismo tardio – o Antropo ou Capitaloceno das discussões contemporâneas (HARAWAY, 2016) – como formações espaço-temporais *ferais*. Isto é, domínios socioecológicos em que os processos de modernização ambiental abandonados, fracassados ou superados, especialmente nas fronteiras coloniais e neocoloniais da periferia global, abrem margem para uma proliferação de vitalidades múltiplas, nem sempre convergentes com os interesses e desejos de seus introdutores e propagadores humanos (TSING, 2021).

Em outras oportunidades, discutimos as ressonâncias entre as duas espécies em uma perspectiva etnográfica, destacando as percepções locais sobre como o modo de existência de javalis e do capim-annoni perturbam as rotinas produtivas da pecuária extensiva, especialmente, a *taskscape* (INGOLD, 2000) da criação ovina (SORDI, 2020a, 2020b). Neste artigo, é adotada uma perspectiva de mais longa duração, enfatizando o papel das duas espécies na história ambiental e fundiária dos campos sulinos. Dessa forma, a análise se vale de fontes históricas e bibliográficas que permitem remontar a trajetória do *Sus scrofa* e da *Eragrostis plana* Nees em seu contexto local.

O artigo se estrutura da seguinte maneira: primeiramente, são revisados alguns elementos da antropologia contemporânea da paisagem que serve de inspiração teórica mais abrangente para este artigo. Em seguida, reconstituímos a história ambiental e fundiária dos campos sulinos para demonstrar que eles sempre

foram, de certa forma, paisagens ferais em mutação. Na sequência, abordamos a trajetória de introdução e expansão de cada uma das espécies, enfatizando suas vinculações com processos de modernização agropecuária que saíram do controle de seus proponentes ou deflagraram consequências não-desejadas. Por fim, são delineados alguns desdobramentos possíveis para o exame antropológico da associação entre gramíneas e javalis, a partir das discussões contemporâneas sobre vitalidades animais e vegetais (COCCIA, 2018).

PAISAGENS FERAIS: RESSONÂNCIAS E FRICÇÕES

Noção central para a geografia, as ciências da Terra e a arqueologia, a paisagem apresenta uma trajetória mais recente e uma expressão teórica, de certo modo secundária, nas ciências sociais, em contraste, por exemplo, com o conceito de território. Uma acepção bastante habitual do conceito – e um tanto comum a todas essas áreas – é a de paisagem como o ambiente natural transformado pela ação humana, isto é, o resultado da manipulação do entorno físico pelas sociedades ao longo da história. Desse modo, a paisagem tem figurado, na literatura socioantropológica, como uma construção dos seres humanos, tanto no plano físico, quanto simbólico (FILIPUCCI, 2016). Para essas leituras, a paisagem também é portadora de memória e identidade para seus habitantes: um aspecto que tem sido particularmente enfatizado no campo do patrimônio cultural (SCIFONI, 2016). No entanto, para o geógrafo Augustin Berque (1984), proponente da chamada “mesologia”, a paisagem não é apenas o produto da constituição do espaço vivido humano, ao que denomina “ecúmeno” (a paisagem como “marca”), mas a base mesma que proporciona o engendramento da vida social, seus modos de percepção e ação (a paisagem como “matriz”).

Em antropologia, essa concepção generativa da paisagem é enfatizada por Ingold a partir da noção de “habitar” (*dwelling*).

Extraído e adaptado da hermenêutica existencial de Martin Heidegger (2008), o habitar ingoldiano se vale da fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty (2006, 2015) e da psicologia ecológica de James Gibson (1979) para oferecer uma visão da paisagem que intenta superar a dicotomia entre organização cognitiva do espaço e modelamento (*shaping*) material do mundo, além de relativizar a primazia do humano nesse processo. Para Ingold (2000), a paisagem, pensada como uma configuração temporal, pode ser pensada a partir da noção original de *taskscape*. Ao mudar o prefixo da palavra paisagem em inglês, substituindo *land* (terra) por *task* (tarefa, atividade), Ingold salienta que a paisagem resulta do – e se renova pelo – processo vital de todos os seres que a habitam:

É a todo o conjunto de tarefas, em seu entrelaçamento mútuo, que me refiro pelo conceito de *taskscape*. Assim como a paisagem é um arranjo de características (*features*) relacionadas, então, analogamente, a *taskscape* é um arranjo de atividades relacionadas. Assim como a paisagem é qualitativa e heterogênea, podemos nos questionar sobre uma *taskscape*: “Como ela é?”, mas não “Quanto dela há?”. Em suma, a *taskscape* está para o trabalho assim como a paisagem está para a terra, e, certamente, como um conjunto de valores de uso está para o valor em geral⁴ (INGOLD, 2000, p. 195).

4 Tradução do trecho conforme versão em português do ensaio publicada em Bessa (2020, p. 125).

Sob esse ângulo, mais do que um substrato material para a sociedade e a cultura, a paisagem é pensada por Ingold (2000, p. 200) como um “campo generativo”. Ela é um fenômeno que emerge das relações estabelecidas entre os organismos e seu ambiente, ao mesmo tempo em que se constitui como o meio que abriga e possibilita tais relações. Este é um primado relacional importante, uma vez que implica afirmar que “nossas ações não transformam o mundo apenas, mas são parte e parcela do próprio mundo transformando-se a si mesmo” (INGOLD, 2000, p. 200).

Conforme Gruppuso e Whitehouse (2021, p. 558), para Ingold, “a paisagem se desenvolve concomitantemente à *taskscape*, social e ecologicamente, através das atividades que moldam a terra”. Nesse sentido, ela é um conceito que permite superar a oposição entre a dimensão sociocultural da paisagem e sua visão naturalista, ao mesmo tempo em que fornece uma crítica poderosa à “noção óptica de paisagem”, segundo a qual ela seria apenas uma porção da superfície da terra capturada pelo olhar. Para Ingold, portanto, a paisagem é um fenômeno eminentemente *temporal* (em sua dupla acepção como história e como duração), calcado na ressonância entre os ritmos vitais de seus habitantes.

Outro autor que tem se dedicado a pensar a paisagem como fenômeno temporal é o filósofo da geografia Gary Backhaus (2003, p. xiii), que a define como “a manifestação geográfica (espacial) de processos tensionais”. Essas tensões, por sua vez, são entendidas por Backhaus (2003, p. xiii). como as “funções de balanceamento, ordenação e medida que permitem a relativa permanência no tempo de entidades vivas e não vivas”. As entidades que compõem uma paisagem estão em permanente negociação de sua existência com o meio, em um contexto marcado por distintos desequilíbrios tensionais que ameaçam sua perenidade. Assim, se a paisagem pode ser pensada como um conjunto de *ressonâncias*, ela também pode ser pensada como uma arena de *dissonâncias*, o que sugere as imagens contrastivas da ruptura e do choque.

Backhaus (2003, p. xi) destaca que os desequilíbrios e tensões que formatam uma paisagem devem ser distinguidos das suas manifestações positivas e localizadas no que chama de “ontologia superficial (*surface ontology*) dos mundos vividos (*lifeworlds*)”. Sob essa perspectiva, fenômenos como o aparecimento de enormes crateras no solo da Sibéria, ocorridos nos últimos anos, devem ser entendidos como sintomas localizados de tensionamentos mais amplos, como as mudanças climáticas. Da mesma maneira, a formação de imensas paisagens urbanas

5 Região de perfil industrial do Nordeste e Meio-Oeste dos Estados Unidos, que passou a experimentar declínio socioeconômico a partir dos anos 1980.

deterioradas no *Rust Belt* norte-americano⁵, ou no vale do Ruhr alemão, manifestariam tensões constituintes do atual estágio do processo de globalização, marcado pela desindustrialização do mundo euro-atlântico e o deslocamento de seu setor secundário para a periferia global. O mesmo pode ser dito de exemplos mais próximos, como a savanização da Amazônia, e a desertificação do Semiárido Nordeste, entre outros.

Com relação às espécies exóticas invasoras, seu vínculo com processos mais gerais de transformação socioeconômica e ambiental tem sido frequentemente assinalado pela literatura. Este é um ponto que tem sido sublinhado por autores como Lidström *et al.* (2015), para os quais processos de invasão biológica só ganham sentido se articulados na análise aos demais distúrbios que lhes são associados. Mesmo um autor bastante ortodoxo da biologia das invasões, como Daniel Simberloff (2011, 2013) reconhece que, na maior parte das vezes, as janelas de oportunidade abertas para a proliferação de invasoras advêm de processos ambientais de degradação mais antigos, como a acidificação de rios, o desmatamento, a poluição atmosférica, entre outros.

Por esses motivos, em complemento a uma abordagem do caráter temporal da paisagem como ressonância, entendemos ser importante pensá-lo também como um conjunto de fricções, contaminações e ressurgências. Para Tsing (1995, p. 5), “como metáfora, a ideia de fricção nos recorda que encontros heterogêneos e desiguais podem levar a novos arranjos culturais e de poder” Em seu trabalho dos anos 1990 sobre o impacto da globalização no Sudeste Asiático, a autora descreve a “confusão criada pelo capitalismo na floresta tropical indonésia” (TSING, 1995, p. 4). Mais precisamente, é apontado como o alinhamento de interesses entre madeireiras japonesas e políticos locais teria permitido um novo modo de se produzir a floresta, no qual tudo que não pertencesse à família dos dipterocarpos – isto é, as árvores visadas pelas madeireiras – “era simplesmente desconsiderado como refugio” (TSING, 1995, p. 15).

Por outro lado, Tsing assinala que a fricção entre a atividade das madeireiras e os modos locais de se agenciar a floresta forneceu às populações nativas uma oportunidade de articulação de seus modos de vida no idioma global da biodiversidade. Para a autora, portanto, casos como este demonstram que a globalização e seus processos de homogeneização da paisagem nunca funcionam como uma “máquina bem lubrificada” (2005, p. 6). Eles se realizam por meio de um instável jogo de resistências e fricções. É bem frequente, ademais, que esses processos ensejem o que Marisol de la Cadena (2009, p. 163) qualifica de uma “disputa ontológica entre os seres sensíveis locais e a Natureza universal”, entendida não só como o ponto de vista dos especialistas, mas também como o efeito uniformizante sobre o ambiente produzido por políticas públicas verticalizadas e grandes projetos de desenvolvimento.

Recentemente, Tsing tem aproximado suas discussões anteriores sobre globalização e monocultivos com as novas biologies “substantivistas” da simbiose e a etnografia multiespécie (MCFALL-NGAI, 2008; KIRKSEY e HELMREICH, 2010; KIRKSEY, 2015). Essa aproximação tem resultado em uma leitura do Antropoceno como um conjunto de manchas (*patches*) heterogêneas marcadas pela presença de seres ferais:

em inglês, o termo ‘feral’ (feral) se refere a animais que escaparam da domesticação. Ampliamos o termo para destacar como seres vivos e não vivos podem ganhar novos poderes ao se associarem aos projetos humanos modificadores da terra, da água e da atmosfera que chamamos de infraestruturas (TSING, 2021, p. 177).

Com efeito, a feralidade, juntamente com outras noções propostas por Tsing (2019, 2021) em sua obra recente – “agilidades”, paisagens daninhas”, “ruínas” etc. – tem se mostrado um conceito bastante produtivo para se pensar arranjos biossociais marcados pela interação entre infraestruturas humanas e orga-

nismos indisciplinados, seus conflitos e alianças múltiplas. Como veremos a seguir, a história dos campos sulinos mostra que as espécies que nos interessam encontraram um conjunto de ambientes marcados por sucessivas feralizações. Em certa medida, nos termos de Berque (1984), o asselvajamento tem sido a marca dessas paisagens ao longo dos últimos cinco séculos, e, bem por isso, uma matriz de possibilidades de proliferação para os javalis e a *Eragrostis plana*.

OS CAMPOS SULINOS: FERAIS DESDE O PRINCÍPIO?

Para uma visão ecologicamente ingênua, o termo “exótica”, na expressão “espécie exótica invasora”, sugere que tudo se passa como se os organismos e populações assim caracterizados se instalassem em ambientes prístinos e originários, a-históricos, que se alteram (para pior, sempre) a partir da sua chegada. No entanto, a migração de espécies de uma região a outra do planeta não é um fenômeno necessariamente nocivo. Ao contrário, a mobilidade da vida e suas formas é uma das forças que sempre determinaram, e continuam a determinar, a história da Terra. Em verdade, mesmo os biólogos das invasões mais ortodoxos reconhecem que foi a intensa mobilidade humana nos últimos cinco séculos, desencadeada pela expansão do capitalismo, que acelerou a mobilidade biológica em um nível sem precedentes. Nesse sentido, coube ao capital, elevado ao status de força geológica, suturar “as cicatrizes de Pangeia”, conforme a célebre formulação do geógrafo Alfred Crosby (2011).

Sob esse aspecto, os campos sulinos brasileiros⁶ têm sido ambientes ferais há vários séculos. Essa constatação não visa a minimizar a gravidade dos danos ambientais e econômicos relacionados à proliferação de javalis e do capim-annoni, mas deslocar o foco da sua agência intrínseca e sugerir que sua expansão é sintoma de um capítulo recente na longa história destas paisagens como fronteiras de exploração colonial. Segundo Crosby

6 Os campos sulinos são um domínio geográfico que compreende não apenas o Bioma Pampa, mas também os ecossistemas campestres da Mata Atlântica no Planalto Meridional, associados às matas de araucária. Pillar e Vélez (2010, p. 84) os definem como “ecossistemas típicos da região sul do Brasil [que] se desenvolvem sob clima temperado e úmido, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano”.

(2011), ao longo de seu processo de expansão, as potências europeias divisaram estratégias diferentes para os territórios conquistados às expensas dos povos nativos. Assim, enquanto as zonas intertropicais se caracterizaram pelo predomínio dos sistemas produtivos de tipo *plantation*, nas regiões de latitudes temperadas – as “neoeuropas”, segundo Crosby –, os colonos buscaram reproduzir sistemas agrários mais parecidos com aqueles do Velho Continente, a partir do transplante e aclimação de suas espécies domésticas animais e vegetais, sua “biota portátil”.

No caso da América colonial portuguesa, a conquista dos territórios formadores do atual Brasil meridional, consolidada apenas no início do XX, foi acompanhada de um intenso debate sobre a necessidade de expansão da agricultura (mais notadamente, do trigo), em substituição ao pastoreio extensivo como modo de subsistência (PESAVENTO, 1994; FARINATTI, 2010). Com efeito, em meados do século XVII, a “preia do gado xucro”, verdadeira caça a rebanhos asselvajados, já havia se estabelecido como o modo de vida predominante na região. À época da conquista lusa, esses rebanhos constituíam enormes criatórios espontâneos (*vacarias*) que se estendiam do atual Uruguai até o planalto de Santa Catarina, sendo o gado capturado esporadicamente para a produção de couro e consumo de carne. Muito provavelmente, este gado era oriundo das reses introduzidas pelos jesuítas espanhóis para o abastecimento das suas reduções, ainda no século XVI.

Em ambos os lados da fronteira colonial, a ressonância técnica entre saberes pastoris e militares fazia dos *gaudérios*, como eram chamadas as populações mestiças e errantes que apresavam o gado, uma mão de obra bastante útil em tempos de guerra, mas considerada perigosa em tempos de paz (BARETTA e MARKOFF, 1978; BARRÁN, 2012). Assim, mesmo com o processo de ocupação do território por meio da doação de sesmarias e a sedentarização dos *gaudérios* como peões de estância, as autoridades coloniais portuguesas continuaram a encarar com preocupação a manutenção do modo de vida pastoril a longo prazo,

que viam como tendente à violência e à indisciplina. Portanto, a partir da segunda metade do século XVIII, a coroa portuguesa passou a promover a imigração de colonos açorianos para o sul do Brasil, a fim de a efetivar a posse do novo território em bases mais “confiáveis”.

Além de garantir o povoamento das terras conquistadas, as autoridades coloniais almejavam que os colonos desenvolvessem a cultura do trigo, em substituição ao pastoreio predominante. Do contingente de quatro mil casais açorianos enviados para a região, parte se perdeu em naufrágios e doenças, ao longo da viagem (GOES FILHO, 2020). Dos que sobreviveram, alguns se estabeleceram ao longo da costa de Santa Catarina, ao passo que outros foram enviados ao Rio Grande do Sul – então Rio Grande de São Pedro –, com o objetivo de ocupar o território das antigas Missões jesuíticas Orientais, adquirido por Portugal com o Tratado de Madri (1750) (PESAVENTO, 1994). Entretanto, as dificuldades na implementação do Tratado, sobretudo aquelas ligadas ao levante indígena conhecido Guerra Guaranítica (1753-1756), fizeram com que os açorianos acabassem se estabelecendo nas calhas inferiores dos rios que deságuam no Guaíba e na Lagoa dos Patos, onde passaram a desenvolver a triticultura desejada pelas autoridades.

No entanto, diversos fatores levaram ao arruinamento desse cultivo incipiente, como a presença de pragas e a facilidade de aquisição do gado, uma atividade de maior prestígio entre os colonos. O abandono da triticultura em prol do pastoreio se consolidou já nas primeiras décadas do século XIX, catalisado pela expansão da fronteira luso-brasileira nos conflitos do período joanino e pós-independências nacionais. Assim, a pecuária extensiva, baseada em um complexo arranjo social de latifundiários, grandes e pequenos criadores, posseiros, peões e escravos, perenizou-se como o modo de produção predominante no extremo sul do Brasil e principal pilar da ruralidade gaúcha, situação que perdurou praticamente inabalada, até meados do século XX (FARINATTI, 2010).

De fato, desde sua introdução no século XVII, o gado bovino se adaptara muito bem ao campo nativo, o que sempre o colocou em situação de vantagem com relação à agricultura nos campos sulinos. Nos séculos XVIII e XIX, sua abundância e prolificidade chamaram a atenção de diversos naturalistas que visitaram a região, como Darwin e Saint-Hillaire (CROSBY, 2011). Há razões ecológicas para tanto. Pillar e Vélez (2010) caracterizam os campos sulinos tal qual ecossistemas bastante particulares, cuja dinâmica sempre esteve associada à ocorrência de distúrbios naturais e antrópicos, como a herbivoria e queimadas. Conforme esses autores:

Grandes herbívoros pastadores, que constituíam a extinta megafauna, coevoluíram com as espécies de gramíneas na América do Sul desde o início do Mioceno. Além disso, adaptações de muitas herbáceas aos efeitos do fogo indicam uma história evolutiva de convivência com este distúrbio. Há evidências, cobrindo os últimos 40 mil anos, de que as queimadas têm ocorrido desde o início do Holoceno, provavelmente de origem antrópica e facilitadas pela extinção dos grandes pastadores nesse período (PILLAR; VÉLEZ, 2010, p. 85).

Por conseguinte, Pillar e Vélez entendem que a introdução do gado pode ser considerada, de um ponto de vista ecológico, como “reintrodução de um processo ecossistêmico antes desempenhado pela megafauna pastadora, mantidas as devidas proporções” (PILLAR; VÉLEZ, 2010, p. 85) A ação de pastejo dos ruminantes eurásianos “modifica a estrutura da vegetação pela seleção entre plantas palatáveis e não palatáveis e influencia na microvariação topográfica, incrementando a heterogeneidade espacial dos habitats” (PILLAR e VÉLEZ, 2010, p. 85). Por esse motivo, os autores não veem sentido na implementação de políticas de preservação do campo nativo que não prevejam a presença de atividades pastoris de baixa intensidade, haja vista a intensa simbiose que o gado e o campo nativo desenvolveram ao longo dos séculos.

7 Por exemplo, a distinção entre *animal* e *bicho* para distinguir fauna doméstica (de criação) e silvestre. Há também uma série de termos que indicam estados intermediários ou ambíguos de domesticidade/feralidade, como *guaxo*, *alçado*, *xucro* etc.

De fato, os animais de rebanho não são encarados como “exóticos” pelas populações sulinas, cujas taxonomias se orientam por outras categorias e classificações⁷. Ovelhas, bovinos e outros animais de criação, como cães e cavalos, são parte essencial da *taskscape* pastoril que configura a lida campeira como um modo de vida (PEREIRA *et al.* 2016). É a ressonância dos seus modos de existência com as tarefas e propósitos humanos que fundamenta sua percepção como locais ou nativos. Em suma, como já argumentamos em outras oportunidades, javalis e gramíneas são encarados como invasores e nocivos em tais contextos porque impõem ruídos aos ritmos produtivos, causando dissonâncias na percepção de como os ambientes campestres *devem* funcionar (SORDI, 2020a). Vejamos, na sequência, como isso acontece em cada caso, e de que maneira as espécies enfocadas assinalam o arruinamento de alguns processos de modernização dedicados a transformar os campos sulinos em outro tipo de ambiente.

JAVALIS E JAVAPORCOS COMO “BICHOS BANDIDOS”

Para Crosby (2011), o “vai e vem” da biota portátil do imperialismo ecológico europeu não cumpriu apenas objetivos econômicos, mas também estéticos. Em outros termos, as “criaturas do império” a que se refere Anderson (2006) também representaram o desejo dos colonizadores de moldar os neotrópicos e as neo-europas à imagem e semelhança de seus ambientes originais, isto é, torná-los mais familiares e “civilizados”. Nesse sentido, a trajetória dos javalis, que hoje assombram as propriedades rurais dos campos sulinos, remete, em parte, ao desejo de um aristocrata em reformar a paisagem agrária da região platina e torná-la mais europeia. Trata-se de Aarón de Anchorena (1877-1965), um dos pioneiros do automobilismo e da aviação na Argentina, herdeiro de uma das famílias de estancieros mais tradicionais daquele país.

Em 1905, Anchorena tomou uma parte adiantada da herança de sua mãe e adquiriu 11.000 hectares de campo no Departamento de Colonia, no Uruguai, onde instalou uma estância experimental para aclimações. Para dar vida ao seu projeto, Don Aarón, como era conhecido, contratou engenheiros agrônomos, arquitetos e paisagistas vindos da Europa, dentre os quais o alemão Hermann Bötrich, que o assessorou na construção de um notável parque em estilo inglês, com mais de duzentas espécies arbóreas e arbustivas importadas de todo o planeta (RONZONI, 2015). Atualmente, o imóvel é de propriedade da Presidência do Uruguai, servindo como parque público e residência de campo do chefe de Estado.

Sendo um aficionado pela caça desportiva, Anchorena também introduziu diversos animais em sua propriedade, como o cervo indiano axis (*Axis axis*) e alguns javalis, importados do Cáucaso, na década de 1920. De acordo com Lombardi *et al.* (2007), a fuga de alguns desses animais e seu cruzamento com lotes domésticos e de vida livre nas décadas seguintes teria sido o evento original do processo de invasão biológica que hoje se estende para além da fronteira com o Brasil, Rio Grande do Sul à dentro.

No entanto, como bem sugere Crosby (2011), a partir dos relatos de viagem de Darwin e outras fontes, já existia certo contingente de porcos asselvajados vagando pela pampa uruguaia e brasileira antes do século XX, descendentes dos porcos trazidos pelos europeus durante a colonização. Descrições de suínos ferais anteriores aos javalis de Anchorena podem ser encontradas em relatos do naturalista francês August de Saint-Hilaire (1779-1853). Em sua *Viagem ao Rio Grande do Sul*, decorrida entre 1820-1821, Saint-Hilaire descreve a seguinte situação, bastante similar a algumas práticas ainda presentes na zona rural gaúcha:

Os habitantes dessa cabana, conforme disse-me meu guia, não possuem animais; mas vivem da carne de porcos selvagens que apanham com o laço. Esses animais são os porcos

domésticos que escaparam para os campos e aí se reproduzem prodigiosamente. Têm a mesma origem que os cachorros e os jumentos selvagens (2002, p. 225).

A descrição de Saint-Hillaire sugere que história dos campos sulinos pode ser contada a partir de sucessivos processos de feralização, redomesticação e referalização. A proliferação de javalis em tempos recentes não é nenhuma novidade, mas ressoa experiências com criaturas do império contidas em um fundo histórico comum aos países do Prata e outras fronteiras coloniais (BULAMAH, 2020), cujas paisagens presentes e futuros possíveis estão sempre já prenhes de passado (INGOLD, 2000). Atualmente, no entanto, os javalis são considerados uma espécie invasora em todo o território nacional brasileiro, o que aponta para a confluência desses processos localizados no extremo sul do país com outras histórias de projetos fracassados de modernização e colonização.

Conforme Pedrosa *et al.* (2015), seriam identificáveis três ondas de disseminação do animal no Brasil. A primeira, representada pelo chamado porco-monteiro do Pantanal, remontaria à segunda metade do século XIX. A segunda onda, centrada na fronteira sul, teria sido desencadeada pelos descendentes dos espécimes importados por Anchorena ao Uruguai, em finais da década de 1980. A terceira, por fim, teria origem na importação de javalis europeus e canadenses para criação e abate em vários pontos do país, vinculados ao agronegócio. Segundo os autores, na década de 1990, suinocultores das regiões Sul e Sudeste teriam sido seduzidos pela perspectiva de ganhos econômicos com a moda gastronômica das carnes exóticas.

Com o passar do tempo, no entanto, o negócio mostrou-se pouco rentável, em parte, devido às dificuldades técnicas de manejo do javali em ambientes confinados. Os criadores passaram, então, a selecionar animais cada vez maiores e mais pesados por meio do cruzamento com porcos domésticos para compensar o investimento perdido na importação. Esse processo resultou

no agigantamento da linhagem híbrida em relação ao estoque importado original, que passou a ser chamada de “javaporco”. Em 1998, já sensibilizado pelo estado da proliferação do animal no extremo-sul, o IBAMA proibiu a importação de novos lotes e suspendeu o licenciamento de novos criatórios, o que levou, segundo os autores, a uma grande leva de solturas de javalis e javaporcos em vários pontos do país.

Na fronteira com o Uruguai, os descendentes dos animais introduzidos por Anchorena, nos anos 1920, protagonizam, hoje, um conflito com os proprietários rurais em torno da predação de cordeiros. Esta é uma situação que singulariza a pampa gaúcha com relação à “guerra ao javali” mais geral travada no resto do Rio Grande do Sul e do Brasil, onde predominam os ataques à lavoura e aos cultivos agrícolas (AUTOR, 2020a, 2020b). Nesse contexto, pudemos verificar a prevalência de metáforas que associam a predação de ovinos ao abigeato, em uma economia moral do conflito com a fauna silvestre e assilvestrada, semelhante ao que ocorre com relação a grandes carnívoros em outros locais (LESCUREUX, 2006; SÜSSEKIND, 2014).

Sob outro aspecto, essas analogias também remetem às tensões sociais existentes na pecuária sulina entre patrões e empregados, patrões e peões, a partir de uma associação constitutiva do imaginário gaúcho entre feralização e traição. Em um quadro mais geral, entretanto, nossos interlocutores encaravam a presença dos javalis em seus campos como mais um indício, entre muitos, do processo de declínio socioeconômico da região sul do Rio Grande do Sul, nas últimas décadas e da pecuária extensiva como um modo de vida específico, associado a um tipo de paisagem que lhe é correlata (SORDI, 2020a, 2020b). Quanto a esse ponto, faz sentido retornarmos agora à oposição agricultura/pecuária, lavoura/criação, para discutir as percepções e atitudes nutridas com relação ao capim-annoni, a outra espécie invasora que nos interessa.

CAPINS DO APOCALIPSE E A TOMADA DE ASSALTO DAS PASTAGENS NATIVAS

Já vimos que, no período de consolidação da autoridade colonial sobre os territórios platinos, procurou-se controlar o modo de vida gaudério a partir da sedentarização dos peões nas estâncias e da paulatina substituição da criação pela agricultura. Após as independências, a dicotomia agricultura/pecuária permaneceu tensionando as relações políticas, sociais e fundiárias das jovens nações platinas. Houve, no entanto, um deslocamento de sentido dessa dicotomia, que deslizou de sua acepção original, como civilização *versus* barbárie – na obra de Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) e Capistrano de Abreu (1853-1927), por exemplo –, para uma oposição entre progresso e atraso, em um sentido tecno econômico.

A partir da segunda metade do século XIX e, mais pronunciadamente, nas primeiras décadas do século XX, a emergência de novas elites agrárias ligadas à lavoura e à aplicação sistemática de conhecimentos científicos à produção agrícola aprofundou a percepção sobre a pecuária extensiva como um modo de produção arcaico e destinado à estagnação, tanto no Uruguai (ÁLVAREZ, 2012) como no Brasil (DA ROS, 2012). Com o esgotamento da fronteira pecuária⁸, uma das maneiras habituais de a elite local aumentar a produtividade – isto é, o conflito armado com seus vizinhos platinos para aquisição de terra e gado – também arrefeceu, de maneira que a estância foi se descaracterizando como unidade militar e pastoril.

Assim, tradicionalmente limitada à expansão do fator de produção terra, e baseada em uma exploração pouco tecnificada dos animais e do campo natural, a pecuária sulina chegou ao final do século XIX já estagnada, sendo encarada por parte da elite urbana como um entrave à modernização. Seu histórico de sublevações contra o poder central, ademais, permanecia um motivo de desconfiança pelas demais elites brasileiras, o que resultou em

8 Segundo Da Ros (2012, p. 64), a ocupação das áreas pastoris no RS já estava praticamente concluída na segunda metade do século XIX. “As únicas áreas devolutas localizavam-se nas Serras do Uruguai e na Serra Geral, as quais eram totalmente cobertas por florestas”.

um forte incentivo do poder central à imigração europeia e à colonização do Planalto rio-grandense por atividades outras que a pecuária extensiva.

Assumindo o poder em um momento de ocaso da criação e da charqueada, a ditadura do Partido Republicano Riograndense (PRR) (1891-1927), de inspiração positivista, procurou estabelecer uma aliança pragmática com os setores ligados à pecuária, cedendo a algumas de suas pressões e reivindicações, ao mesmo tempo em que buscava modernizar e diversificar a produção rural do estado (PESAVENTO, 1994). Neste período, a figura do diplomata e político liberal Francisco de Assis Brasil (1857-1938) exerceu um papel predominante nas iniciativas de modernização agropecuária. Seu projeto tecnocientífico culminou com a construção, em 1912, de uma granja modelo na localidade de Pedras Altas, empreendimento bastante semelhante ao de Anchorena no Uruguai, no qual realizou uma série de experimentos e introduções: o cavalo árabe, o gado Devon e Jersey, a ovelha Karakul.

Em decorrência dos problemas de adaptação das novas raças ao ambiente sulino, criadores e governo do estado também procuraram inovar e encontrar soluções no campo da saúde animal, com a disseminação das vacinas e a construção de banheiras carrapaticidas. No entanto, a elite agrária reconhecia que a adaptação desses animais às paisagens gaúchas estava estreitamente ligada à questão das pastagens e seu manejo:

Em uma tese defendida no 3º Congresso de Criadores, em 1913, Ulisses Nonohay argumenta que os problemas do gado atribuídos à raça estão simplesmente na alimentação, e sugere à diretoria do congresso fazer uma “propaganda intensa do melhoramento dos campos como condição essencial para o melhoramento dos gados” (ZARTH, 2016, p. 80).

Assim, entre os anos 1920 e 1960, as estações agronômicas do governo do Estado intensificaram as experiências com forrageiras, testando a aclimatação adaptação de diversas espécies

ao solo e ao clima dos campos sulinos. Para Zarth (2016, p. 81), no entanto, estas “eram experiências um tanto inconsistentes em termos econômicos, na medida em que não consideravam esses aspectos no seu sentido mais amplo, como a própria estrutura agrária das áreas pastoris”. É justamente nesse contexto de experimentações que se insere a trajetória feral da *Eragrostis plana* Nees, no sul do Brasil. Reis (1993) e Focht (2008) indicam que os primeiros registros da gramínea no Rio Grande do Sul remontam à década de 1950, época da sua provável introdução acidental juntamente a um lote de capim de Rhodes (*Chloris gayana* Kunth) e de capim-chorão (*Eragrostis curvula* Nees), importado da África do Sul para a Estação Experimental Zootécnica de Tupaciretã.

Em 1951, o pecuarista Ernesto José Annoni teria identificado a planta em uma de suas fazendas, no município de Sarandi. Essa versão, no entanto, conflita com informações coletadas por Reis (1993), junto a antigos funcionários da Estação Experimental, segundo os quais, a *Eragrostis plana* teria sido introduzida apenas em 1958, naquela instalação. Em todo caso, ainda segundo Reis (1993, p. 6), “o Sr. Ernesto José Annoni reconheceu, tempos depois, que levou, para Sarandi mudas, de *E. plana* recolhidas no acostamento da ferrovia sita a adjacente a E.E.Z. de Tupanciretã”. Consideramos essa informação particularmente interessante do ponto de vista de uma ecologia feral das infraestruturas (Tsing, 2021), na medida em que um dos interlocutores nos relatou, certa vez, que o Annoni era uma planta que “gostava de corredor”, pois sempre a avistava às margens das rodovias e caminhos vicinais.

A história de Ernesto José Annoni, o homem que batizou e a quem se atribui a disseminação da planta nos campos sulinos, é ilustrativa das dinâmicas envolvidas nas mutações da paisagem agrária gaúcha da segunda metade do Século XX. Empresário rural e prefeito da cidade de Carazinho por duas vezes (de 1951 a 1955 e de 1959 a 1964), Annoni adquiriu, na década de 1940, uma

das parcelas residuais da antiga Fazenda Sarandi, que passou a se chamar oficialmente Sarandi-Annoni (DICKEL, 2019). De acordo com Gehrardt e Zarth (2019), o latifúndio original, a Fazenda Sarandi (ou Sarandy), chegou a ter 71.160 ha. e compreendia as terras doadas ao Sargento-Mor João da Silva Machado, futuro Barão de Antonina, em 1831. Na segunda metade do século XIX, a propriedade foi legitimada por seus sucessores, a família Vergueiro, com base na Lei de Terras de 1850. Nesse processo, foram anexados outros 12 mil hectares à propriedade, tornando-a um dos maiores latifúndios do Rio Grande do Sul.

Em 1906, a propriedade foi vendida por Nicolau de Araújo Vergueiro a empresários uruguaios que iniciaram um projeto de colonização com imigrantes europeus a partir de 1917. É preciso, no entanto, destacar que as terras da Fazenda Sarandi, até o início do século XX, estavam em boa parte cobertas por florestas de araucária, nas quais abundava a erva-mate (GEHRARDT e ZARTH, 2019). Assim sendo, os projetos de colonização levados a cabo na região envolveram um processo de expropriação do modo de subsistências de caboclos, extrativistas de erva-mate e outros pequenos agricultores, cujas expulsão e segregação social estão na origem das tensões fundiárias vividas no noroeste do Rio Grande do Sul, nas décadas subsequentes. Segundo Dickel (2019, p. 20), o latifúndio residual da Fazenda Sarandi, adquirido por Annoni em 1940, “proporcionava lucros satisfatórios à família proprietária”, a partir de atividades como a exploração florestal, a pecuária extensiva, o arrendamento e a parceria com pequenos colonos.

Na década de 1960, a partir da descoberta (ou introdução) da *Eragrostis plana* em suas terras, o Grupo Rural Annoni passou a comercializá-la com o nome de capim-annoni-2, sendo difundida por seu proprietário como “uma forrageira excelente e revolucionária”, de massa verde abundante e boa tolerância à intempérie (REIS, 1993, p. 7). Em verdade, a planta demonstrou ter, contudo, baixo valor nutritivo e pouca palatabilidade para

ruminantes, além de competir com o campo nativo de forma desigual. Desde então, considera-se que o capim-annoni é a espécie exótica invasora de mais difícil controle nos campos gaúchos, cobrindo uma área de dois milhões de hectares, ou cerca de 20% da superfície de campos nativos no Rio Grande do Sul (BORGES DE MEDEIROS e FOCHT, 2007).

Além de se notabilizar como ponto de propagação da *Eragrostis plana*, a Fazenda Annoni também protagonizou alguns dos eventos mais dramáticos da luta pela terra e das questões fundiárias das décadas de 1970 e 1980. Classificada como “latifúndio por exploração”, nos termos do Estatuto da Terra (Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964), que previa a desapropriação de grandes propriedades para fins de reforma agrária, a Fazenda Annoni foi objeto de uma intensa disputa entre a família proprietária, o Estado e agricultores sem-terra, que acabou culminando com a sua desapropriação durante o governo Médici e posterior ocupação em uma série de eventos emblemáticos relacionados à criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (DICKEL, 2019).

De certa forma, a comercialização do capim-annoni pelo Grupo Rural homônimo, na década precedente à desapropriação da Fazenda, pode ser lida como um dos efeitos da transformação dos latifúndios em “empresas rurais”, uma das formas que o Estado brasileiro encontrara para dar continuidade à estrutura fundiária concentrada no marco do novo Estatuto da Terra (BRUNO, 1997). Conforme Dickel (2019, p. 23), o aumento da produtividade agrícola “mediante o uso de novas tecnologias e métodos mais ‘racionalis’ de exploração do solo também constituía princípios que norteavam a política agrícola do período, harmonizando a utilização da terra com o processo de industrialização do país”.

Como dito anteriormente, nossos interlocutores costumavam salientar certa predileção do capim-annoni pelos campos degradados (*sujos*) e as faixas de domínio das estradas. Levando-

-se em conta o histórico de relações entre a trajetória da *Eragrostis plana* e as questões fundiárias gaúchas, é relevante destacar que, para um expressivo número de trabalhadores rurais contemporâneos, os pequenos trechos de pastagem entre o alambrado e o leito das estradas, onde o *annoni* prospera, são também espaços de criação. Trata-se da prática conhecida como *gado de corredor*: pequenos lotes de animais conduzidos por campeiros pobres, muitos deles habitantes das franjas rururbanas das cidades da pampa. É comum ouvir na região, portanto, “que o corredor é o campo do pobre” – uma expressão repleta de significados sociais e políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos mostrar que os conceitos antropológicos de paisagem e feralização são instrumentos de grande valia para a compreensão dos processos de invasão biológica a partir de uma perspectiva holística, não-reducionista e não-determinista. Mais do que apontar a pertinência ou impertinência de determinados vocabulários que permeiam o debate científico e político sobre espécies exóticas invasoras, a compreensão desse fenômeno pela via da paisagem nos auxilia a pensar a proliferação de vitalidades ferais em contextos de degradação e arruinamento dos projetos e infraestruturas modernas sob outra perspectiva (TSING, 2021), bem como suas fricções com modos locais de habitar e produzir o ambiente (INGOLD, 2000).

Nesse sentido, não há como dissociar a expansão das duas espécies invasoras aqui enfocadas dos projetos de modernização agropecuária dos campos sulinos de que são historicamente tributários. De um lado, a introdução de javalis respondeu à demanda por uma paisagem mais “europeia” e “civilizada”, capaz de servir como matriz – no sentido de Berque (1984) – para as mesmas práticas cinegéticas que constituem o *ethos* aristocrático da “caça maior” no Velho Continente. De outro, o capim-*annoni*

foi propagado como a solução para o problema da baixa produtividade das pastagens por representantes de uma classe agrária declinante, em um contexto de transições produtivas tendentes à expansão agrícola. Ao longo do tempo, a trajetória vital de ambas as espécies fugiu ao controle de seus introdutores originais, o que acentuou tendências de feralização já inscritas na paisagem desde a era colonial e promoveu uma “fenomenologia apocalíptica” das transformações ambientais (DALLA BERNARDINA, 2019) por parte daqueles que a habitam.

Por outro lado, à parte de suas semelhanças e trajetórias comuns, javalis e gramíneas invasoras engendram possibilidades de ação e reação distintas, inerentes às condições animal e vegetal de existência. Quanto a isso, Dominique Lestel afirma que:

Uma verdadeira interatividade vem com um homem que pode coordenar suas ações, através de *encadeamentos complexos e significantes*, com as do animal, pelo viés do amansamento, da domesticação, da caça, do ritual de combate etc. Esse não é o caso do vegetal. (...) A temporalidade das ações vegetais, cuja existência não se coloca em dúvida, é por demais lenta para representar qualquer significado para o homem. Concorde-se ou não, a mobilidade interativa com o homem é um atributo maior de inteligência. Sob essa ótica é interessante notar que a ameaça vegetal, por exemplo, é sempre percebida em termos de “massa” ou de “coletivo” e vivenciada sob o modo da “propagação”, como uma epidemia, mais do que sob o da “estratégia”, como pelo animal. (LESTEL, 2011b, p. 42)

Com efeito, as diferenças de percepção de risco envolvendo as temporalidades animal e vegetal apresentam desafios que transcendem os objetivos imediatos deste artigo. De toda forma, trata-se de um eixo possível de desdobramento para as questões aqui colocadas, na linha do que tem sido proposto como uma “virada” ou filosofia do vegetal (COCCIA, 2018). Para concluir, basta reconhecer, por ora, que uma espécie, por si só, não pro-

duz um ambiente, quanto mais uma espécie a que se designam os problemáticos atributos de “exótica” e “invasora”. Em suma, se a presença dos javalis e do capim-annoni nos campos sulinos tem algo a nos ensinar, é o fato de que as antigas recomendações antropológicas em prol do holismo metodológico continuam válidas e pertinentes para as abordagens contemporâneas multiespecíficas e mais que humanas, especialmente quando combinadas a ecologias substantivas da simbiose e a compreensões da paisagem como fenômeno histórico e temporal.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Maria Fernanda T. Tornar-se nativo / a resistência do liso. In: STEIL, Carlos A.; CARVALHO, Isabel C. M. (org.). *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011, p. 153-173.

ANDERSON, Virginia. *Creatures of empire: how domestic animals transformed early America*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

BACKHAUS, Gary. Introduction. In: BACKHAUS, Gary; MURUNGI, John. *Tensional landscapes: the dynamics of boundaries and placements*. Lanham: Lexington Books, 2003, p. xi-xxix.

BARETTA, Silvio R.D.; MARKOFF, John. Civilization and Barbarism: cattle frontiers in Latin America. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v. 20, n.4, p. 587-620, 1978.

BARRÁN, José Pedro. *Historia de la sensibilidad en el Uruguay*. La cultura “bárbara” (1800-1860). El disciplinamiento (1860-1920). Montevideo: Banda Oriental, 2012.

BERQUE, Augustin. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. *Espace géographique*, Paris, v. 13, n. 1, p. 33-34, 1984.

BESSA, Altamiro S. (org.) *A unidade múltipla: ensaios sobre a paisagem*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2021.

BORGES DE MEDEIROS, Renato; FOCHT, Telmo. Invasão, prevenção, controle e utilização do capim-annoni-2 (*Eragrostis plana* Nees) no Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista agropecuária gaúcha*, Porto Alegre, v.13, n.1-2, p. 3-28, 2007.

BRASIL. Instrução Normativa n. 3, de 31 de janeiro de 2013. Autoriza o controle populacional do javali – *Sus scrofa* – em todo território nacional e dá outras providências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Ibama.

BRASIL.. Instrução Normativa n. 12, de 25 de março de 2019. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Ibama.

BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra*. (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil). Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

BULAMAH, Rodrigo C. Pode um porco falar? Doença, sistemas e sacrifício no Caribe. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 57, p. 57-92, 2020.

COCCIA, Emmanuele. *A vida das plantas: uma metafísica da mistura*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. Naturing the nation: Aliens, apocalypse and the postcolonial state. *Journal of South African Studies*, v. 27, n. 3, p. 627-651, 2001. DOI:10.1080/13632430120074626

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DALLA BERNARDINA, Sergio. Le gibier du apocalypse: chasse et théorie du complot. *Ethnologie Française*, Nanterre, n. 39, p. 79-88, 2009.

DA ROS, César Augusto. *Terra e poder no Rio Grande do Sul: as políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

DE LA CADENA, Marisol. Política indígena: un análisis más allá de 'la política'. *World Anthropologists Network*, n.4, p. 139-171, 2009. Disponível em: http://ram-wan.net/old/documents/05_e_Journal/journal-4/jwan4.pdf. Acessado em 09 abr. 2022

DICKEL, Simone. A Fazenda Annoni no Rio Grande do Sul: disputa de direitos, luta pela terra e ação dos sujeitos. *Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, v. 8, n. 2, p. 18-36, 2019.

DRUSCHKE, Caroline G.; MEYERSON, Laura A.; HYCHKA, Kristen. From resoration to adaptation: the changing discourse of invasive species management in coastal New England under global environmental change. *Biological Invasions*, v. 18, n. 3, p. 2739-2747, 2016. DOI: 10.1007/s10530-016-1112-7

FALL, Juliet J. Biosecurity and ecology: beyond the nativism debate. In: DOBSON, Kezia; TAYLOR, Sarah L.; DOBSON, Andrew (Eds.). *Biosecurity: the socio-politics of invasive species and infectious diseases*. London: Routledge, 2013, p. 167-182.

FARINATTI, Luis. A. Domesticação, técnica e paisagem agrária na pecuária tradicional da Campanha rio-grandense (século XIX). In: PINÓS DA COSTA, Benhur; QUOOS, João Henrique; DICKEL, Maria Eliana Graeff (org.). *A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas*. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, 2010, p. 62-87.

FILIPPUCCI, Paola. Landscape. In: *The Cambridge Encyclopedia of Anthropology*. 2016. Disponível em <https://www.anthroencyclopedia.com/entry/landscape>; Acesso em 30 ago. 2021. (verbete).

FOCHT, Telmo. Ecologia e dinâmica do capim-annoni-2 (*Eragrostis plana* Nees), uma invasora dos campos sulinos: prevenção da sua expansão. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

GEHRARDT, Marcos; ZARTH, Paulo A. Ervateiros em conflito: extrativismo da erva-mate, ervais públicos e privatização. In: RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. *Estado, configuração da terra e conflitos agrários: norte do RS e oeste de SC*. São Leopoldo: Oikos, 2019, p. 135-152.

GIBSON, James J. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin, 1979.

GOES FILHO, Synesio S. *Alexandre de Gusmão (1695-1753): o estadista que desenhou o mapa do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2021.

GRUPPUSO, Paolo; WHITEHOUSE, Andrew. Exploring Taskscapes: an introduction. *Social Anthropology*, 28, 3, p. 588-597, 2020. DOI: 10.1111/1469-8676.12789

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica*, ano 3, n. 5, p. 139-146, 2016.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar [1951]. In: *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 11-38.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.

KIRKSEY, S. Eben. HELMREICH, Stefan. The emergency of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology*, v.4, n.5, p. 546-576, 2010. DOI: 10.1111/j.1548-1360.2010.01069.x

KIRKSEY, Eben. *Emergent ecologies*. Durham: Duke University Press, 2015.

KUEFFER, Christoph. Integrating Natural and Social Sciences for Understanding and Managing Plant Invasions. In: LARRUE, S. (ed.). *Biodiversity and Society in the Pacific Islands*. Marseille: Presses Universitaires de Provence; Canberra: ANU ePress, 2013, p. 73-98.

LARSON, Brendon M.H. The war of the roses: demilitarizing invasion biology. *Frontiers in Ecology and Environment*, v.3, n.9, p. 495-500, 2005. DOI: 10.2307/3868637

LESCUREUX, Nicolas. Towards the necessity of a new interactive approach integrating ethnology, ecology and ethology in the study of the relationship between Kyrgyz stockbreeders and wolves. *Social Science Information*, v.45, n.3, p. 463-478, 2006. DOI:10.1177/0539018406066536

LESTEL, Dominique. *As origens animais da cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

LIDSTRÖM, Suzanna; WEST, Simon; KATZSCHNER, Tania; PÉREZ-RAMOS, Maria Isabel. Invasive Narratives and the inverse of slow violence: alien species in science and society. *Environmental Humanities*, n.7, p. 1-40, 2015. DOI: 10.1215/22011919-3616317

LOWE, S.; BROWNE, M.; BOUDJELAS, S.; De POORTER, M. *100 of the World's Worst Invasive Alien Species: a selection from the Global Invasive Species Database*. ISSG, IUCN, 2004.

MCFALL-NGAI, M. The squid-vibrio association: a naturally occurring experimental model of animal-bacterial partnership. In: HUFFNAGLE, G.; NOVERR, M (Eds.). *Gut microbiota and regulation of the immune system*. Austin: Landes Bioscience Press, 2008, p. 102-112.

Mc NEELY, Jeffrey A. Xenophobia or conservation: some human dimensions of invasive alien species. In: ROTHERHAM, Ian D.; LAMBERT, Robert A. (Eds.). *Invasive and Introduced plants & animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011, p. 19-38.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *A natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MERLEAU-PONTY. *O primado da percepção e suas consequências filosóficas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PEDROSA, Felipe; SALERNO, Rafael; PADILHA, Vinicius B.; GALETTI, Mauro. Current distribution of invasive feral pigs in Brazil: economic impacts and ecological uncertainty. *Natureza e Conservação*, n.13, p. 84-87, 2015. DOI: 10.1016/j.ncon.2015.04.005

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PEREIRA, Fabíola Mattos; RIETH, Flávia M.S.; KOSBY, Marília. Inventário Nacional de Referências Culturais – Pecuária, Bagé/RS. In: BEVILAQUA, Ciméa Barbato; in:VELDEN, Felipe Vander (org.). *Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas entre humanos e animais*. São Carlos: EdUFSCar; Curitiba: Editora UFPR, 2016, p. 189-206.

PILLAR, Valério P.; VÉLEZ, Eduardo. Extinção dos campos sulinos em unidades de conservação: um fenômeno natural ou um problema ético. *Natureza e Conservação*, v.8, n.1, p.84-86, 2010.

REIS, José C.L. Capim-annoni-2: origem, morfologia, características, disseminação. In: MACEDO, Wilfredo (org.). *Reunião Regional de Avaliação da Pesquisa com Annoni 2*. Bagé: Embrapa, 1993, p. 5-21.

RONZONI, Raul. *Anchorena: la leyenda del patricio aventurero*. Montevideo: Fin de Siglo, 2020.

SAGOFF, Mark. Who is the invader? Alien species, property rights and the Police power. In: ROTHERHAM, Ian Rotherham D.; LAMBERT, Robert A. (Eds.). *Invasive and introduced plants and animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011, p. 79-108.

SAINT-HILLAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Disponível em: <http://>

portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural. Acessado em 09 abr. 2022 (verbete)

SIMBERLOFF, Daniel. The rise of modern invasion biology and American attitudes towards introduced species. In: ROTHERHAM, Ian Rotherham D. Rotherham; LAMBERT, Robert A. (Eds.). *Invasive and introduced plants and animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011, p. 121-135.

SIMBERLOFF, Daniel. *Invasive species: what everyone needs to know*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SORDI, Caetano. Mobilização e predação: a guerra contra espécies invasoras sob duas perspectivas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 26, p. 207-237, 2020.

SORDI, Caetano. Bicho bandido: wild boars, biological invasions and landscape transformations on the Brazilian-Uruguayan border (Pampas region). *Social Anthropology*, v. 28, p. 614-628, 2020. DOI: 10.1111/1469-8676.12785

SÜSSEKIND, Felipe. *O rastro da onça: relações entre humanos e animais no Pantanal*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

TSING, Anna L. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

TSING, Anna L. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécie no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TSING, Anna L. O antropoceno mais que humano. *Ilha: Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021.

ZARTH, Paulo A. Introdução de novas raças de gado no sul do Brasil (1870-1950). *História: debates e tendências*, Passo Fundo (RS), v. 16, n. 1, p. 72-91, 2016.

CAETANO SORDI – Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: caetano.sordi@gmail.com.